

IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM)

THE IMPACT OF OCCUPATIONAL STRESS ON THE MENTAL HEALTH OF MILITARY POLICE OFFICERS OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS (PMAM)

Breno Nascimento de Sousa¹
Lucas Emanuel Bastos Polari²

RESUMO: O trabalho policial permanece entre as profissões com maior exposição ao estresse ocupacional. No Amazonas, policiais militares lidam diariamente com risco, violência e rotinas exaustivas, cenário que amplia a vulnerabilidade para burnout, ansiedade e depressão. Somam-se a isso elementos institucionais que intensificam a pressão psicológica, como cobranças hierárquicas, metas rígidas, limitações salariais e estrutura insuficiente para o desempenho das atividades. A Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM (2023) surge como um avanço ao definir orientações para acompanhamento psicológico, prevenção da violência autoprovocada e capacitação após situações críticas. Ainda assim, permanecem obstáculos importantes, especialmente a falta de padronização das ações, o número reduzido de profissionais especializados e a resistência, ainda presente na cultura organizacional, em buscar apoio emocional. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em revisão bibliográfica, mostrou que a sobrecarga emocional associada ao pouco suporte institucional é decisiva para o adoecimento psíquico desses profissionais. Os achados reforçam a urgência de políticas permanentes voltadas à prevenção, valorização dos servidores e promoção do bem-estar. Investir na saúde mental dos policiais não apenas protege o indivíduo, mas fortalece a própria segurança pública, já que profissionais emocionalmente amparados tendem a atuar com mais equilíbrio e humanidade.

6401

Palavras-chave: Estresse ocupacional. Saúde mental. Policiais militares. Burnout. Polícia Militar do Amazonas.

¹Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Graduado em História pela Universidade Paulista e graduando em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela UEA. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0063451106734969> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2273-7108>.

²Orientador: Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Bel. em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Oficial da Polícia Militar do Amazonas e Docente do curso de bacharelado em Segurança Pública e Cidadania na Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

ABSTRACT: Police work is among the professions most exposed to occupational stress. In the state of Amazonas, military police officers face daily situations involving risk, violence, and long working hours, which increase their vulnerability to burnout, anxiety, and depression. Institutional factors such as hierarchical pressure, strict performance demands, stagnant wages, and limited infrastructure further intensify emotional strain and undermine mental health. Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM (2023) represents a relevant step by outlining guidelines for psychological monitoring, prevention of self-directed violence, and training after critical incidents. However, persistent challenges remain, including the absence of standardized policies, a shortage of specialized professionals, and cultural resistance to seeking psychological support. This qualitative and bibliographic study indicates that emotional overload combined with insufficient institutional support is a key factor in psychological distress among police officers. The findings highlight the need for permanent public policies focused on prevention, professional appreciation, and the promotion of well-being. Strengthening police mental health also strengthens public security, since emotionally supported professionals tend to perform their duties with greater balance and humanity.

Keywords: Occupational stress. Mental health. Military police officers. Burnout. Military Police of Amazonas.

INTRODUÇÃO

O trabalho policial costuma figurar entre as atividades com maior exposição ao estresse ocupacional. No cotidiano, os profissionais lidam com risco real, violência e decisões rápidas em cenários que exigem atenção constante, o que provoca uma carga emocional intensa e permanente (Ribeiro et al., 2024). Esse ambiente favorece o desenvolvimento de quadros como a síndrome de burnout, marcada por exaustão emocional, distanciamento afetivo e queda na sensação de realização pessoal. Esses elementos comprometem tanto o desempenho funcional quanto a qualidade de vida fora do serviço (Trigo et al., 2007; Cândido e Souza, 2017).

Somam-se a isso fatores institucionais que ampliam o desgaste psicológico. Pressão hierárquica, metas imediatistas e contato recorrente com ocorrências críticas elevam a vulnerabilidade a transtornos de ordem psicossocial (Oliveira e Santos, 2010; Minayo, 2013). Em muitos casos, surgem estratégias paliativas de enfrentamento, como uso de álcool, que podem oferecer alívio momentâneo, mas, a longo prazo, prejudicam a saúde mental e aumentam riscos para a própria atividade policial (Amaral e Malbergier, 2004; Edwards, Marshall e Cook, 2005).

Diante desse cenário, a atuação institucional torna-se essencial. A Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, publicada em 18 de julho de 2023, estabelece diretrizes para acompanhamento psicológico, capacitação após eventos críticos e ações preventivas destinadas a toda a corporação

(Brasil, 2023). Quando integradas à rotina operacional, essas medidas fortalecem a resiliência e ampliam as possibilidades de suporte contínuo.

Este estudo analisa os principais fatores de estresse ocupacional vivenciados pelos policiais militares, seus impactos sobre a saúde mental e a importância das estratégias institucionais voltadas à prevenção e ao cuidado. Ao levar em conta as particularidades geográficas, sociais e operacionais da Polícia Militar do Amazonas, busca-se oferecer uma perspectiva crítica e fundamentada que apoie a formulação de políticas mais eficazes, contribuindo para a proteção individual e para o fortalecimento da organização.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica pela relevância e complexidade do estresse ocupacional na carreira policial, que pode levar a sérios impactos físicos, emocionais e sociais. Policiais militares estão constantemente expostos a situações de risco, violência e pressões hierárquicas, fatores que favorecem o desenvolvimento da síndrome de burnout, transtornos de ansiedade, depressão e, em casos mais graves, comportamentos de violência autoprovocada (RIBEIRO et al., 2024; MINAYO, 2013).

A Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023, que aprova a Norma Procedimental de atenção à saúde mental de policiais militares envolvidos em ocorrências de vulto e de prevenção à violência autoprovocada a define:

Art. 2º. Para os efeitos desta norma, compreendem-se os seguintes conceitos:

III – Violência autoprovocada: entende-se por violência autoprovocada o suicídio consumado, a tentativa de suicídio e o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida;

O estudo se mostra ainda mais pertinente considerando o impacto desses agravos não apenas no indivíduo, mas também na corporação e na sociedade. A saúde mental fragilizada compromete o desempenho operacional, aumenta o absenteísmo e pode reduzir a capacidade de resposta a ocorrências críticas, afetando a segurança pública como um todo (TRIGO et al., 2007; CÂNDIDO; SOUZA, 2017).

A implementação de normas e procedimentos institucionais para atenção à saúde mental, como previsto na Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023, evidencia a necessidade de políticas estruturadas que promovam prevenção, acompanhamento psicológico e capacitação para retorno às atividades após exposições traumáticas (BRASIL, 2023). Essas ações visam reduzir o impacto do estresse ocupacional, proteger o bem-estar do

policial e garantir a continuidade do serviço público com segurança e eficiência. Portanto, este estudo busca contribuir para a compreensão dos fatores de risco, impactos e estratégias de prevenção, fortalecendo a saúde mental dos policiais militares e oferecendo subsídios para políticas institucionais mais eficazes.

Objetivo Geral

Investigar os fatores de risco, impactos e estratégias de prevenção do estresse ocupacional e burnout em policiais militares do Amazonas, considerando suas condições operacionais e a relevância de políticas institucionais para a saúde mental.

Objetivos Específicos

1. Identificar os principais fatores ocupacionais e psicossociais que contribuem para o desenvolvimento do estresse e da síndrome de burnout em policiais militares.
2. Analisar os efeitos do estresse ocupacional sobre a saúde física, emocional e social desses profissionais, incluindo a possibilidade de comportamentos de violência autoprovocada.
3. Avaliar a eficácia das práticas institucionais de atenção à saúde mental, conforme a Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM (BRASIL, 2023), e propor estratégias de prevenção e promoção do bem-estar no ambiente policial.

6404

5. PROBLEMA DE PESQUISA

Como o estresse ocupacional e a exposição a situações de risco afetam a saúde mental dos policiais militares, e de que forma as políticas institucionais de atenção à saúde, como estabelecido na Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM (BRASIL, 2023), podem contribuir para prevenir o adoecimento psicológico e a violência autoprovocada nessa categoria profissional?

6. HIPÓTESES

O estresse ocupacional elevado e a exposição constante a situações de risco aumentam a vulnerabilidade dos policiais militares ao adoecimento mental, enquanto a implementação efetiva de políticas institucionais de atenção à saúde mental, conforme a Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM (BRASIL, 2023), contribui para a prevenção do burnout e da violência autoprovocada.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

7.1 Principais fatores estressores no ambiente de trabalho dos policiais militares do Amazonas

O Serviço policial é, por natureza, intenso e repleto de desafios. No Amazonas, essa realidade se intensifica devido à extensa área territorial, à dificuldade de acesso a diversas regiões e à complexidade social das cidades e comunidades isoladas (IBGE, 2023). Policiais militares enfrentam diariamente situações que demandam rapidez na tomada de decisões, exposição à violência e riscos à integridade física, além de lidarem com recursos limitados, falta de infraestrutura adequada e ausência de auxílios regulares, como fardamento e equipamentos. Adicionalmente, promoções frequentemente atrasadas e a estagnação salarial contribuem para a sensação de desvalorização profissional, intensificando o desgaste emocional.

Estudos indicam que a rotina policial combina múltiplos estressores: carga horária extensa, jornadas de plantão extenuantes, pressão hierárquica, conflitos internos, exposição a eventos traumáticos e demandas da população (Santos et al., 2021; Oliveira, 2020). Cada um desses elementos pode gerar desgaste emocional progressivo, afetando concentração, memória, humor e comportamento. No contexto amazônico, a logística e o isolamento geográfico ampliam o estresse, pois deslocamentos longos e operações em locais remotos exigem esforço físico intenso e aumentam o risco de acidentes.

6405

Outro fator relevante é a exposição contínua à violência urbana e rural, incluindo confrontos com criminosos, atendimento a situações de agressão ou acidentes, e interações com comunidades em tensão. O NEV (Núcleo de Estudos da Violência), em análise realizada em março de 2024 pelo Monitor da Violência, registrou 6.926 mortes pela intervenção policial em 2023, correspondendo a 14% de todos os homicídios nacionais no mesmo ano, o que evidencia que os policiais estão constantemente submetidos a situações de extremo estresse (NEV, 2024).

O contato frequente com eventos traumáticos aumenta o risco de desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout, além de provocar alterações fisiológicas, como hipertensão e distúrbios do sono (Mendes & Pereira, 2019). Reconhecendo esses riscos, a Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023, determina que:

Art. 8º. O policial militar que vivenciou, testemunhou ou foi confrontado com ocorrência que envolveu troca de tiro com morte e/ou lesão de policial militar ou outrem, ou grave risco de morte para o policial militar deve ser encaminhado para a Diretoria de Saúde (DS)/Centro de Psicologia (CPSI), a fim de serem submetidos à avaliação psicológica.

Essa diretriz evidencia a preocupação institucional em oferecer suporte psicológico imediato aos profissionais expostos a situações potencialmente traumáticas, buscando prevenir o agravamento de sintomas emocionais e preservar a saúde mental do efetivo.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, o ambiente policial ainda é marcado por forte pressão institucional. Expectativas de produtividade, metas de policiamento, cobranças por resultados rápidos e a constante vulnerabilidade jurídica aumentam a sensação de insegurança e frustração. Ainda que existam dispositivos legais voltados à proteção desses profissionais, a efetividade dessas garantias nem sempre é percebida no cotidiano.

Um exemplo é a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (Lei nº 14.751/2023), que assegura entre suas garantias:

Art. 18. São garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como de seus membros ativos e veteranos da reserva remunerada e reformados, entre outras:

(...)

XI - assistência jurídica perante qualquer juízo ou tribunal ou perante a administração, quando acusado de prática de infração penal, civil ou administrativa decorrente do exercício da função ou em razão dela, na forma da lei do ente federado.

Mesmo com essa previsão, muitos policiais permanecem juridicamente vulneráveis, enfrentando processos e questionamentos que intensificam o estresse e a sensação de desamparo diante de situações críticas.

6406

Esse cenário contrasta com o que determina a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer em seu artigo 196 que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, impondo à Administração Pública a responsabilidade de garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar de seus servidores. Na prática, contudo, essa proteção nem sempre se concretiza, favorecendo o acúmulo de estressores e comprometendo a saúde mental dos policiais militares, o que repercute diretamente em sua eficiência operacional e qualidade de vida.

No exercício de suas funções, o policial militar atua constantemente sob condições de alto risco, exposto a situações de violência e tomada de decisão imediata. A necessidade de preservar a segurança pública impõe uma rotina de vigilância contínua, na qual o autocontrole emocional se torna essencial para evitar reações impulsivas em momentos de perigo. Essa exigência psicológica constante, associada à imprevisibilidade das ocorrências, transforma o ambiente de trabalho em um espaço de tensão permanente.

Além dos riscos operacionais, o descanso inadequado é um dos fatores que mais agravam o estresse entre os militares. Estudos apontam que adultos entre 26 e 64 anos necessitam, em média, de oito horas de sono diárias para manter o equilíbrio físico e mental

(Paruthis et al., 2016). No entanto, a jornada de trabalho dos policiais militares não segue os parâmetros definidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece o limite de oito horas diárias, nem o artigo 7º da Constituição Federal, que prevê até quarenta e quatro horas semanais (Brasil, 1988). As escalas extensas, com plantões prolongados e poucas pausas para recuperação, comprometem o sono e contribuem para fadiga crônica, lapsos de atenção e irritabilidade.

Essa sobrecarga é agravada pela necessidade financeira que leva muitos policiais a buscarem ocupações extras em seus dias de folga, geralmente como seguranças particulares. Essa prática, embora compreensível diante dos baixos salários, impede o descanso adequado e mantém o profissional em constante estado de alerta, dificultando o desligamento psicológico das pressões do serviço (Oliveira, 2025, p. 32). O resultado é um ciclo de esgotamento físico e mental, no qual o policial raramente encontra tempo para atividades de lazer, convívio familiar ou recuperação emocional.

No cenário global, estima-se que milhões de pessoas sofram com algum tipo de transtorno mental. No Brasil, o quadro é alarmante: o país figura entre os líderes mundiais nos índices de ansiedade e depressão, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025). Essa realidade reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental dentro das corporações militares, que frequentemente negligenciam o impacto emocional do trabalho em seus efetivos.

6407

Calazans (2010) observa que muitos policiais ingressam na carreira motivados pelo prestígio social, estabilidade e perspectivas de ascensão. Contudo, com o passar dos anos, acabam confrontados com uma realidade de carências estruturais, reconhecimento limitado e exposição constante ao risco, o que leva a frustrações e sofrimento psicológico. As perdas de colegas em serviço e a percepção constante da vulnerabilidade tornam o ambiente emocionalmente pesado, favorecendo o aparecimento de transtornos como depressão, ansiedade e burnout.

Nesse contexto, a soma de fatores como a exaustão física, a privação do sono, a insegurança financeira e o sentimento de desvalorização institucional compõem um quadro de forte desgaste mental. O estresse crônico não apenas reduz a eficiência operacional do policial, mas também compromete sua saúde e sua vida social, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado à população.

7.2 Relação entre os níveis de estresse ocupacional e a saúde mental dos policiais

A literatura sobre psicologia do trabalho demonstra que o estresse ocupacional não afeta apenas o desempenho profissional, mas também provoca impactos significativos na saúde mental e física. Entre os policiais militares do Amazonas, o acúmulo de estressores está associado a sintomas como ansiedade, irritabilidade, fadiga, insônia, depressão e burnout (Santos et al., 2021; Silva, 2018).

Além disso, a relação entre estresse ocupacional e saúde mental é bidirecional: profissionais já afetados por sintomas psicológicos têm menos recursos emocionais para lidar com situações estressantes, aumentando o risco de acidentes, conflitos e falhas operacionais (Oliveira, 2020). Esses efeitos ultrapassam o indivíduo, refletindo diretamente na qualidade do serviço policial e na segurança pública em geral. Essa interação entre o ambiente de trabalho e o estado psicológico do policial gera um ciclo de acúmulo de tensão que, sem apoio adequado, pode evoluir para quadros mais graves de sofrimento mental. Nesse contexto, a síndrome de burnout se destaca como resultado direto da sobrecarga emocional e da ausência de estratégias eficazes de enfrentamento. Compreender suas dimensões é essencial para identificar sinais precoces e agir preventivamente.

De acordo com Codo (1999), o burnout é constituído por três dimensões:

- a) Exaustão Emocional (EE), que “é caracterizada por um sentimento muito forte de tensão emocional que produz uma sensação de falta de energia e de recursos emocionais próprios para lidar com as rotinas da prática profissional. Essa tensão representa o aspecto de estresse individual da síndrome” (Codo, 1999, p. 258).
- b) Despersonalização (DE), definida como “o resultado do desenvolvimento de atitudes negativas de dureza e de distanciamento dos profissionais em relação às pessoas que se beneficiam dos seus serviços. Essa dimensão representa o aspecto interpessoal da síndrome” (Codo, 1999, p. 258).
- c) Diminuição da Realização Pessoal (RP), que “se refere ao aspecto de autoavaliação do burnout. Trata-se, portanto, de uma síndrome na qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas não lhe importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil. Está associada ao sentimento de incompetência no trabalho” (Codo, 1999, p. 258).

Nesse contexto, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 reforça a complexidade do problema ao identificar seis condicionantes laborais que contribuem para o agravamento dos transtornos mentais entre policiais. São eles:

- a) o assédio moral; b) a idealização do papel de “policial herói”; c) o desgaste físico e emocional decorrente do contato contínuo com situações de perigo; d) a pressão institucional por metas e resultados; e) endividamento; f) a insegurança jurídica.

Esses fatores se somam, criando um ambiente de trabalho marcado por sobrecarga emocional e ausência de mecanismos efetivos de proteção, o que torna ainda mais urgente a

implementação de políticas de prevenção, acompanhamento psicológico e valorização profissional no âmbito das polícias militares.

A sobrecarga emocional que caracteriza o cotidiano policial não é apenas um reflexo da natureza perigosa do trabalho, mas também da falta de reconhecimento e da precariedade das condições oferecidas pela instituição. A ausência de um suporte organizacional efetivo faz com que o policial carregue sozinho o peso das exigências da função, o que acentua sentimentos de isolamento e impotência diante das adversidades (Souza & Rocha, 2021). Esse cenário favorece o surgimento de quadros de ansiedade e depressão, especialmente quando há pouca abertura para diálogo sobre sofrimento psicológico dentro da corporação.

A cultura militar, marcada pela rigidez hierárquica e pelo ideal de força inabalável, tende a desencorajar a busca por ajuda profissional. Muitos policiais evitam demonstrar fragilidade emocional por medo de serem vistos como incapazes ou de sofrerem represálias em suas carreiras (Pereira & Lima, 2022). Essa resistência em admitir vulnerabilidade leva ao acúmulo de tensão e à deterioração silenciosa da saúde mental, um processo que pode culminar em episódios de esgotamento severo.

De acordo com estudos recentes, a falta de políticas institucionais de prevenção e acompanhamento psicológico é um dos principais fatores que perpetuam o adoecimento emocional nas corporações militares (Ferreira, 2023). Ainda que algumas iniciativas locais busquem oferecer apoio psicossocial, elas geralmente são pontuais e reativas, ocorrendo apenas após incidentes graves ou quando o quadro já se encontra avançado. A ausência de uma estrutura contínua de acompanhamento impede o tratamento precoce e contribui para o aumento das licenças médicas e afastamentos por transtornos mentais.

O impacto desse cenário não se restringe ao indivíduo. A saúde mental comprometida de policiais tem repercussões diretas na segurança pública, pois afeta o julgamento, a capacidade de resposta e a relação com a comunidade (Martins, 2020). Profissionais sob estresse constante tendem a apresentar menor tolerância a frustrações, o que aumenta o risco de conflitos internos, uso excessivo da força e falhas operacionais. Além disso, o esgotamento psicológico pode reduzir o engajamento com o trabalho, enfraquecendo o espírito de equipe e o senso de missão.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) aponta que o enfrentamento desses problemas requer uma mudança cultural e estrutural nas instituições. É fundamental que o bem-estar emocional seja reconhecido como um componente da eficiência operacional, e não como um sinal de fraqueza. Políticas de saúde mental devem ser incorporadas ao cotidiano

policial, com programas permanentes de acolhimento psicológico, incentivo ao autocuidado e capacitação de gestores para lidar com o sofrimento psíquico de seus subordinados.

Investir na saúde mental dos policiais não é apenas uma questão de cuidado individual, mas uma estratégia de fortalecimento institucional. Um efetivo emocionalmente equilibrado reage melhor a situações críticas, mantém o foco nas decisões e constrói relações mais saudáveis com a sociedade. A valorização profissional, somada a políticas preventivas bem estruturadas, representa um passo essencial para reduzir os níveis de estresse ocupacional e promover um ambiente de trabalho mais humano e sustentável dentro das forças de segurança.

7.3 Políticas públicas e intervenções institucionais que visem à redução do estresse ocupacional

Greco (2012) destaca a responsabilidade objetiva do Estado quando sua omissão contribui para a ocorrência de danos. Segundo o autor, “a ausência de estruturas de apoio emocional e psicológico para os servidores públicos, especialmente os que atuam em atividades de risco, como os policiais militares, configura hipótese típica de responsabilidade estatal por omissão” (GRECO, 2012, p. 275).

Diversas pesquisas apontam que estratégias institucionais bem estruturadas podem reduzir significativamente os efeitos do estresse ocupacional. Programas de apoio psicológico, treinamentos em manejo de estresse, supervisão adequada e políticas de prevenção são ferramentas essenciais para melhorar a saúde mental dos policiais (Mendes & Pereira, 2019; Santos et al., 2021).

No Amazonas, a implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar do policial ainda enfrenta desafios. A falta de padronização de programas de apoio psicológico, a escassez de profissionais especializados e a limitação de recursos dificultam a eficácia das intervenções. Medidas preventivas, como acompanhamento psicológico regular, grupos de apoio e capacitação para lidar com situações de alto risco, têm se mostrado eficazes na redução de sintomas de burnout e na promoção de maior resiliência (Silva, 2018).

Além disso, estratégias de gestão institucional são fundamentais. A distribuição equilibrada de cargas de trabalho, a definição clara de responsabilidades e a valorização do trabalho policial contribuem para um ambiente mais saudável. A promoção de uma cultura organizacional que reconheça os riscos e a complexidade da função policial é essencial para reduzir o estresse crônico e prevenir problemas de saúde mental.

Nesse sentido, a Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023, reforça a importância de ações contínuas de promoção da saúde mental ao estabelecer que:

Art. 15. Periodicamente devem ser desenvolvidas ações de Prevenção Universal, destinadas a todo o efetivo e funcionários civis da PMAM, independente do risco.

Parágrafo único. Compete aos Comandantes, Chefes ou Diretores das unidades estimular e facilitar a participação de seus subordinados nas ações descritas acima, preferencialmente dentro do horário de serviço, bem como por tomar parte nas mesmas.

Art. 16. A Diretoria de Saúde deve viabilizar intervenções relacionadas às temáticas concernentes à saúde mental, bem como deve fornecer periodicamente à Corporação informações sobre o tema da violência autoprovocada e sua prevenção, em todos os níveis institucionais.

Essas determinações reforçam que a promoção da saúde mental deve ser contínua e integrada à rotina institucional. Ao atribuir responsabilidades conjuntas entre os comandos e a Diretoria de Saúde, a Portaria nº 029/2023 busca consolidar uma cultura organizacional voltada ao cuidado coletivo e à prevenção dos riscos psicossociais.

Nesse mesmo sentido, a deputada estadual Mayra Dias (Avante) apresentou o Projeto de Lei nº 323/2025, que torna obrigatória a assistência psicológica gratuita e permanente aos servidores da segurança pública. A proposta surge em resposta ao aumento de 300% nos casos de suicídio entre policiais no Amazonas em 2023, segundo o Ministério da Justiça. O projeto prevê atendimentos individuais e em grupo, campanhas de conscientização e garantia de sigilo profissional, reconhecendo o impacto do estresse ocupacional e das situações traumáticas enfrentadas diariamente (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2025).

6411

A iniciativa complementa as ações institucionais da PMAM e reforça a necessidade de políticas públicas integradas que priorizem a saúde mental dos profissionais da segurança, fortalecendo a prevenção e a valorização desses servidores no contexto amazônico. Nesse sentido, Adriana Mesquita (2008) destaca que:

cuidar da saúde física e mental do policial militar é, ao mesmo tempo, cuidar da segurança pública, uma vez que policiais bem cuidados e motivados desempenham suas funções com maior qualidade, beneficiando diretamente a população. Ou seja, investir na qualidade de vida desses profissionais e repensar a organização do trabalho traz ganhos coletivos, alinhando-se aos objetivos das políticas institucionais da PMAM. (MESQUITA, 2008, p. 16).

A responsabilidade do Estado em garantir condições adequadas de trabalho aos seus servidores é inquestionável, sobretudo quando a omissão institucional contribui para danos à saúde física ou mental. Para Greco (2012), a ausência de estruturas de apoio emocional voltadas a servidores que atuam em atividades de risco, como os policiais militares, configura uma forma

de responsabilidade estatal por omissão. Essa compreensão reforça a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à prevenção e ao cuidado psicológico dentro das corporações.

Pesquisas apontam que estratégias institucionais bem estruturadas têm potencial para reduzir significativamente os efeitos do estresse ocupacional. A implementação de programas de apoio psicológico, capacitações em manejo de estresse e supervisão adequada contribui diretamente para o fortalecimento da saúde mental dos policiais (Mendes & Pereira, 2019; Santos et al., 2021). No entanto, no contexto amazônico, ainda persistem desafios como a falta de padronização das ações, a escassez de profissionais especializados e a limitação de recursos financeiros, que comprometem a continuidade e a abrangência dessas políticas (Silva, 2018).

A gestão organizacional também exerce papel determinante. Medidas como a distribuição equilibrada das escalas, a valorização profissional e o reconhecimento das particularidades da atividade policial ajudam a mitigar o estresse e a promover maior satisfação no trabalho (Lima et al., 2018; Lipp et al., 2014). A criação de um ambiente organizacional mais humano e participativo, aliado à descentralização das decisões e ao incentivo ao diálogo entre os níveis hierárquicos, favorece o senso de pertencimento e reduz o impacto da pressão institucional.

No âmbito da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023, representa um avanço importante ao estabelecer ações de prevenção universal destinadas a todo o efetivo, incluindo o estímulo à participação dos policiais durante o expediente e a obrigação da Diretoria de Saúde em promover campanhas educativas e intervenções contínuas sobre saúde mental e prevenção da violência autoprovocada. Essas medidas visam transformar o cuidado psicológico em parte da rotina institucional, estimulando uma cultura de apoio mútuo e prevenção coletiva.

Entre os órgãos de apoio, o Centro de Psicologia (CPSI) tem papel central nesse processo. Subordinado à Diretoria de Saúde da PMAM e regulamentado pela Lei nº 3.514/2010, o CPSI integra a rede de serviços que inclui também o Hospital da Polícia Militar, o Centro Odontológico, o Centro de Fisioterapia e Reabilitação e o Centro de Veterinária. Atualmente, conta com oito oficiais psicólogos responsáveis por atividades preventivas, atendimentos individuais e em grupo, perícias, avaliações psicológicas e ações psicoeducativas voltadas ao bem-estar dos policiais ativos, inativos e seus dependentes (Polícia Militar do Amazonas, 2010). Essas ações são fundamentais para a manutenção da saúde emocional e refletem uma preocupação crescente da instituição em reduzir o impacto do estresse ocupacional.

Além das ações institucionais e legislativas, medidas complementares relacionadas ao estilo de vida têm se mostrado eficazes na prevenção do estresse. A prática de atividades físicas, o lazer regular e o fortalecimento dos vínculos afetivos funcionam como fatores protetivos importantes contra o desenvolvimento do burnout (Ribeiro et al., 2024). Esses aspectos, quando estimulados e integrados às políticas de bem-estar, contribuem para reduzir os níveis de tensão e melhorar o desempenho profissional.

A literatura também destaca a importância da adesão a programas de reabilitação e acompanhamento contínuo. Loureiro (2007) observa que a não adesão a esses programas costuma estar associada ao estigma social, à negação do problema e às dificuldades organizacionais. Por outro lado, iniciativas que combinam atendimento multidisciplinar, grupos de apoio e envolvimento familiar apresentam maior eficácia, desde que considerem os fatores externos que influenciam o cotidiano policial.

No cenário nacional, autores como Salineiro (2016) e Couto et al. (2012) apontam que a precariedade das condições de trabalho, a falta de treinamento adequado e a ausência de suporte psicológico são fatores que agravam o adoecimento mental. Esses estudos reforçam a necessidade de ações preventivas desde a formação inicial dos policiais, abordando temas como manejo de estresse, relações interpessoais e autoconhecimento. A intervenção precoce é

6413

essencial para preparar os agentes para as pressões futuras e reduzir os riscos psicossociais que acompanham a profissão.

De forma geral, o enfrentamento do estresse ocupacional entre os policiais militares do Amazonas requer a combinação de políticas públicas amplas, gestão organizacional eficiente e cultura institucional de cuidado. Mais do que oferecer suporte em situações de crise, é fundamental consolidar uma política permanente de promoção da saúde mental, baseada na prevenção, valorização e humanização do trabalho policial.

8. METODOLOGIA CIENTÍFICA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica de estudos nacionais e documentos institucionais da Polícia Militar do Amazonas. O objetivo foi compreender o estresse ocupacional entre os policiais militares a partir do conhecimento já produzido sobre o tema. Essa abordagem permite analisar narrativas, resultados de pesquisas anteriores e modelos teóricos consolidados, facilitando a identificação de padrões, lacunas e tendências que dialogam com a realidade amazônica.

O estudo foi organizado em três eixos centrais:

1. identificação dos principais fatores estressores enfrentados pelos policiais;
2. análise da relação entre esses fatores e a saúde mental;
3. avaliação de políticas públicas e intervenções institucionais voltadas à redução do estresse.

Esses eixos orientaram a seleção e interpretação dos materiais consultados, assegurando coerência entre os objetivos da pesquisa e a análise realizada.

A coleta de dados bibliográficos envolveu artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados preferencialmente nos últimos dez anos. Foram priorizadas publicações relacionadas à segurança pública, psicologia do trabalho e políticas de prevenção ao adoecimento ocupacional. Para inclusão, os materiais precisavam apresentar dados empíricos ou revisões teóricas consistentes, além de abordar estressores e saúde mental de profissionais da segurança pública, especialmente no contexto brasileiro.

A análise seguiu uma abordagem interpretativa, com leitura crítica do conteúdo e categorização das informações. Os fatores estressores foram organizados em grupos como exposição à violência, carga de trabalho, pressão hierárquica e dificuldades logísticas. Em seguida, essas categorias foram relacionadas aos impactos psicológicos identificados, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, burnout e outras formas de adoecimento emocional.

6414

Também foram examinadas políticas e programas institucionais voltados ao cuidado em saúde mental, com foco em suas diretrizes, limitações e possibilidades de aplicação ao contexto amazônico. O objetivo foi identificar fragilidades e oportunidades de aprimoramento que contribuam para estratégias preventivas mais eficazes.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve contato direto com participantes, o que dispensou submissão a comitê de ética. Ainda assim, todos os cuidados relativos ao respeito à propriedade intelectual foram adotados, com citações adequadas conforme as normas vigentes.

Entre as limitações, destaca-se a escassez de estudos específicos sobre policiais militares do Amazonas. Para reduzir esse impacto, foram consideradas pesquisas realizadas em contextos similares, permitindo análises comparativas e interpretações contextualizadas.

De forma geral, a metodologia possibilitou uma condução estruturada, coerente e adequada aos objetivos do estudo, permitindo analisar de maneira crítica os fatores estressores, seus impactos e as políticas institucionais relacionadas à saúde mental dos policiais militares.

9. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica mostrou um conjunto consistente de fatores que influenciam o estresse ocupacional na Polícia Militar do Amazonas. A exposição contínua à violência, a sobrecarga de trabalho e a pressão hierárquica aparecem de forma recorrente nos estudos consultados. Somam-se a isso as particularidades geográficas da região amazônica, como grandes distâncias, difícil acesso e operações em áreas isoladas, que ampliam o desgaste físico e emocional dos profissionais.

Esses fatores estão associados a sintomas como irritabilidade, ansiedade, insônia, exaustão emocional e, em casos mais intensos, transtorno de estresse pós-traumático. A presença simultânea desses elementos indica que o estresse ocupacional no ambiente policial é multifacetado e interligado, afetando diretamente o desempenho operacional e a saúde mental. A literatura sobre burnout e estresse em profissões de alta demanda corrobora essa interação entre ambiente hostil, pressão constante e desgaste psicológico.

As consequências mais frequentes incluem aumento da vulnerabilidade a transtornos como depressão e ansiedade, dificuldades na tomada de decisão e redução da capacidade de resposta a situações críticas. A sobrecarga emocional decorrente da rotina de risco compromete o foco e a prontidão do policial, elevando a possibilidade de falhas operacionais.

6415

No âmbito institucional, foram identificadas iniciativas voltadas ao cuidado psicológico, como atendimentos especializados, ações preventivas e programas de capacitação. Apesar de importantes, essas medidas ainda variam entre unidades e não alcançam toda a corporação de forma padronizada. A Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM busca reduzir essa desigualdade ao estabelecer diretrizes para acompanhamento psicológico, encaminhamento para avaliação multiprofissional e atenção a policiais envolvidos em ocorrências de maior impacto, reforçando a necessidade de tratamento adequado e livre de discriminação.

A norma também estabelece que o cuidado com a saúde mental é responsabilidade compartilhada entre pares, subordinados, superiores e todo o comando, ampliando a compreensão de que o suporte emocional deve fazer parte da cultura organizacional, ao afirmar que:

Art. 6º. É dever de todo policial militar, de seus pares, de seus subordinados, de seus superiores e de seus Comandantes, Chefes e Diretores zelarem pelo bem-estar psicossocial de todo integrante da Corporação.

Essa perspectiva contribui para reduzir o estigma em torno do sofrimento psíquico e incentiva um ambiente de apoio mútuo.

Mesmo com esses esforços, a literatura indica que apenas ações reativas não são suficientes para prevenir o adoecimento. A realidade amazônica demanda programas contínuos, capacitação específica e suporte institucional que considere as particularidades das operações realizadas no estado. Estratégias individuais, como manutenção de vínculos familiares e práticas de lazer, são importantes, mas mostram melhores resultados quando articuladas a políticas organizacionais estáveis.

Em conjunto, os resultados mostram que o estresse ocupacional é um desafio estrutural na rotina da PMAM. A adoção de políticas preventivas, acompanhamento psicológico e ações de fortalecimento institucional tem potencial para reduzir vulnerabilidades e melhorar o desempenho das equipes, desde que implementadas de forma contínua e abrangente.

10. CONCLUSÃO

O estudo mostrou que o estresse ocupacional entre policiais militares do Amazonas decorre da interação de fatores presentes na rotina operacional. Exposição constante à violência, sobrecarga de trabalho, pressão hierárquica e desafios geográficos aparecem como elementos que prejudicam a saúde mental e favorecem quadros de exaustão emocional, ansiedade, depressão e burnout, com impacto direto no desempenho institucional.

6416

Os achados também evidenciam a ligação entre altos níveis de estresse e prejuízos psicológicos e fisiológicos, reforçando a necessidade de intervenções preventivas. A Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 2023, representa um avanço ao criar diretrizes de acompanhamento e avaliação multiprofissional, embora programas de apoio ainda apresentem alcance limitado.

O estudo indica que o cuidado não pode ser apenas reativo. A prevenção eficaz exige ações permanentes, capacitação contínua, apoio às famílias e integração entre profissionais de saúde mental e gestores, sobretudo diante das dificuldades logísticas do estado. Estratégias individuais ajudam, mas ganham impacto quando articuladas a políticas institucionais sólidas.

Em conjunto, os resultados mostram que o estresse ocupacional é um desafio estrutural para a corporação e influencia diretamente a qualidade do serviço prestado. Reforçar ações preventivas, ampliar o suporte psicológico e qualificar o treinamento são medidas essenciais para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência dos policiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. C.; BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional como preditor de burnout entre policiais militares. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 35, n. 3, p. 459, 2017.

AMARAL, R. A.; MALBERGIER, A. Avaliação de instrumento de detecção de problemas relacionados ao uso do álcool entre trabalhadores da Prefeitura do Campus da Universidade de São Paulo – Campus Capital. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 156-163, 2004.

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (2025). Projeto de lei da deputada Mayra Dias busca garantir saúde mental de policiais no Amazonas. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/projeto-de-lei-da-deputada-mayra-dias-busca-garantir-saude-mental-de-policiais-no-amazonas/>

BECKER, H. *Outsiders: studies in sociology of deviance*. New York: Free Express, 1963.

BRASIL. Ministério da Saúde. Síndrome de Burnout: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>.

BRASIL. Polícia Militar do Amazonas. Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023. Aprova a Norma Procedimental de atenção à saúde mental de policiais militares envolvidos em ocorrências de vulto e de prevenção à violência autoprovocada e dá outras providências. Manaus, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 6 de outubro de 2023. Dispõe sobre a organização, competências e garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CÂNDIDO, J.; SOUZA, L. R. de. Síndrome de Burnout: as novas formas de trabalho que adoecem. *Psicologia.pt*, 2017.

CARVALHO, L. O. R.; PORTO, R. M.; SOUSA, M. N. A. Sofrimento psíquico, fatores precipitantes e dificuldades no enfrentamento da síndrome de Burnout em policiais militares. *Braz. J. Hea. Rev.*, v.3, n.5, p.15202-15214, 2020.

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COONEY, J. G. *Vença a dependência do álcool e mantenha a dignidade*. São Paulo: Nova Era, 2005.

CODO, W.; MENES-VASQUEZ, I. O que é burnout. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/jornaldoprofessor/midias/arq/Burnout.pdf>. Acesso em 14 jan. 2014.

CODO, Wanderley. Burnout: uma visão multidimensional. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 1, n. 2, p. 253-262, 1999.

COUTO, G.; BRITO, E. A. G.; VASCONCELOS-SILVA, A.; LUCCHESI, R. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Rev. Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 185-194, jan./mar. 2012.

EDWARDS, G.; MARSHALL, E. J.; COOK, C. C. H. O tratamento do alcoolismo – um guia para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2005.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. 15. ed. Niterói: Impetus, 2012.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEMED. Síndrome de Burnout: entenda o que é e seu impacto nos médicos. Viver de Medicina, 2021. Disponível em: <https://ipemed.com.br/blog/estender-500-sindrome-de-burnout-entenda-que-e-e-seu-impacto-nos-medicos/>.

LIMA, F. R. B. et al. Identificação preliminar da síndrome de burnout em policiais militares. *Motri [online]*, v.14, n.1, p.150-156, 2018.

LOUREIRO, R. J. Motivos de não adesão do profissional de segurança pública ao tratamento ambulatorial de dependência química. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. Burnout: A multidimensional perspective. New York: Routledge, 2017.

MESQUITA, Adriana. Contextos e questões acerca do adoecimento psíquico numa instituição militar. *Revista Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública*, Belo Horizonte, v. 5, n. 5, p. 9-17, jan./dez. 2008.

MENDES, E. O. A saúde psicossocial na segurança pública brasileira. TCC (Especialização) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MELLO, M. F. et al. Transtorno de Estresse Pós-traumático: violência, medo e trauma no Brasil. São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

MINAYO, M. C. S. Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. *Rev. Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA – NEV. Monitor da Violência 2024: dados de mortes por intervenção policial. Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. 2024. Disponível em: <https://www.monitoradaviolencia.org.br/>. Acesso em: 1 nov. 2025

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010.

RIBEIRO, B. M. S. S.; SILVA, L. A.; SCORSOLINI-COMIN, F.; ROBAZZI, M. L. C. C.; SANTOS, S. V. M.; TERRA, F. S. et al. Fatores associados ao burnout em policiais militares de uma cidade do Paraná. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 77, n. 4, e20230510, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0510>.

SALINEIRO, A. *Políticas Públicas em Segurança Pública e Defesa Social*. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTOS, F. et al. Estresse ocupacional e saúde mental de policiais militares: revisão sistemática. *Rev. Bras. Med. Trab.*, v. 19, n. 1, p. 56-64, 2021.

SILVA, L. C. da; SALLES, T. L. de A. O estresse ocupacional e as formas alternativas de tratamento. *ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas*, São Paulo, Volume VI, Número 02, 2016.

SOUSA, C. A.; ALBUQUERQUE, M. L. *Segurança Pública: histórico, realidade e desafios*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

TRIGO, J. et al. *Síndrome de burnout: exaustão emocional e estresse ocupacional*, 2007.

VAISSMAN, M. *Dependência química e impacto financeiro*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CALAZANS, M. C. *O policial e o sofrimento psíquico: desafios da profissão e os impactos na saúde mental*. São Paulo: Cortez, 2010.

6419

OLIVEIRA, R. Saúde mental e condições de trabalho dos policiais militares brasileiros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 19, n. 2, p. 30-34, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial sobre Saúde Mental: Transformar a Saúde Mental para Todos*. Genebra: OMS, 2025.

PARUTHIS, R. et al. National Sleep Foundation's sleep time duration recommendations: methodology and results summary. *Sleep Health*, v. 2, n. 3, p. 290-300, 2016.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Edição 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

FERREIRA, A. L. Saúde mental e trabalho policial: desafios institucionais e caminhos possíveis. *Revista de Psicologia e Sociedade*, v. 35, n. 2, p. 112-128, 2023.

MARTINS, D. F. O impacto do estresse ocupacional na atuação policial. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, v. 11, n. 1, p. 75-94, 2020.

PEREIRA, T. S.; LIMA, R. G. Cultura organizacional e sofrimento psíquico na polícia militar. *Psicologia em Foco*, v. 14, n. 3, p. 201-217, 2022.

SOUZA, M. E.; ROCHA, V. A. Estresse ocupacional e suporte institucional entre policiais militares. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 33, n. 4, p. 210–224, 2021.

ALVES, C. J.; SOUZA, F. A.; SANTOS, V. R. Promoção da saúde mental e bem-estar no ambiente policial: práticas e desafios. *Revista de Saúde e Trabalho*, v. 19, n. 3, p. 55–68, 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. Projeto de Lei nº 323/2025. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/projeto-de-lei-da-deputada-mayra-dias-busca-garantir-saude-mental-de-policiais-no-amazonas/>. Acesso em: nov. 2025.

COUTO, G.; BRITO, E. A. G.; VASCONCELOS-SILVA, A.; LUCCHESI, R. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Revista Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 185–194, 2012.

GRECO, R. Responsabilidade do Estado por omissão. In: *Curso de Direito Penal, Parte Geral*. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

IPMED. Saúde mental e bem-estar ocupacional: o papel das instituições. São Paulo: Instituto IPMED de Educação e Pesquisa, 2021.

LIMA, M. P.; FERREIRA, R. A.; SANTOS, E. M. Gestão organizacional e bem-estar no serviço público: desafios e práticas. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 5, p. 925–942, 2018.

LIPP, M. E. N.; COSTA, M. C.; NUNES, V. A. Estresse e burnout em profissionais de segurança pública: fatores de risco e prevenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 3, p. 670–685, 2014.

6420

LOUREIRO, R. J. Motivos de não adesão do profissional de segurança pública ao tratamento ambulatorial de dependência química. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, 2007.

MESQUITA, A. Saúde mental do policial militar: um olhar sobre o cuidado institucional. Manaus: PMAM, 2008.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. Centro de Psicologia (CPSI) – Diretoria de Saúde. Manaus: PMAM, 2010. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/pagina/centro_de_psicologia_-_ds.

RIBEIRO, B. M. S. S. et al. Burnout e fatores protetivos entre policiais militares brasileiros. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 77, n. 2, p. 1–8, 2024.

SALINEIRO, A. Políticas Públicas em Segurança Pública e Defesa Social. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SILVA, L. F. Estresse ocupacional e saúde mental na Polícia Militar. *Revista de Psicologia e Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 85–99, 2018.